Agência Brasil

Manifestantes tomam o Congresso Nacional nos protestos de junho de 2013

Os arautos da crise

A sucessão de crises político-econômicas no Brasil, um jogo político de cartas marcadas

Bárbara Baião e Francenilson Klava

No plenário da Câmara, a discussão sobre um eventual processo de *impeachment*. Com discursos inflamados, pautados em cima de acusações sobre estelionato eleitoral e conduta irresponsável na economia, os deputados votavam um recurso para desengavetar os pedidos de afastamento permanente do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Era maio de 1999, e uma hora e quarenta minutos foram suficientes para que o arquivamento fosse mantido. Dezesseis anos mais tarde, esses argumentos são utilizados pelos mesmos atores políticos, só que os lados se inverteram.

Quando o então presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB), atual vice-presidente da República, decretou o fim da sessão que rejeitara a interrupção precoce do segundo mandato de FHC, o PT era a principal expressão política nacional que se opunha à cartilha econômica neoliberal seguida pelo governo. Nos quadros da equipe do ministério da Fazenda tucano estava o economista Joaquim Levy, que hoje encabeça a mesma pasta e é considerado peça essencial para a presidente Dilma se manter no cargo, sobretudo após o rebaixamento da nota de crédito brasileira pela agência Standard and Poor's.

A mudança de postura do PT, que em 13 anos no poder conseguiu avanços importantes na área social, como a retirada do

Site do PT

Foto de campanha promete que Dilma não vai mudar direitos trabalhistas

país do mapa da fome, ganhou consequências agudas após o resultado das eleições presidenciais do ano passado. A disputa mais apertada desde o processo de redemocratização levou Dilma a assumir práticas mais pragmáticas e até opostas às promessas feitas na campanha eleitoral. Isso, somado a nomeação de Levy e também às revelações da Operação Lava Jato sobre o esquema de desvio de dinheiro na Petrobrás, fez com que a presidente perdesse, também, a confiança daqueles que ajudaram reelegê-la.

– A presidente Dilma ganhou a eleição, mas o país estava dividido. Depois disso, ela quis acenar para o lado oposto dos trabalhadores ao colocar o Joaquim Levy como ministro da Fazenda e fez uma política econômica que na verdade era da oposição, o PSDB. Esta medida teve consequências muito graves, porque ela perdeu a base social –, define o senador Lindbergh Farias (PT).

Segundo o cientista político Ricardo Ismael, professor do departamento de Ciências Sociais e Políticas da PUC-Rio, o pacote de ajustes na economia deveria blindar as classes com menor renda.

– Estamos hoje em uma situação em que há muitas pessoas perdendo emprego, enfrentando dificuldades, tendo que pagar contas atrasadas, enfim, há uma população de trabalhadores no Brasil, e suas famílias, que estão passando dificuldades, e sacrifícios adicionais para essas pessoas deveriam ser evitados. Deveria se tentar evitar sacrifícios maiores para essa camada da população de baixa renda, que tem dificuldade de se inserir no mercado de trabalho formal.

O ajuste fiscal enfrenta resistência da classe trabalhadora e dos sindicatos, uma das principais bases eleitorais do governo. A estrutura de sustentação da presidente também ruiu no Congresso Nacional. O PMDB, principal aliança do PT, tornou seu principal algoz, personificado na figura do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha – que em julho declarou oposição ao governo. A votação de projetos que ficaram conhecidos como "pautas bombas" impuseram derrotas significativas para o Planalto, forçando o aumento de gastos em um momento em que o governo adota uma linha mais austera.

A situação fez com que, de abril a agosto, o vice-presidente, Michel Temer (PMDB), atuasse diretamente no diálogo com o Congresso, assumindo a articulação política para tentar reverter o quadro. Embora o presidente do Senado, Renan

Câmara dos Deputados

Eduardo Cunha vence eleições para a presidência da Câmara dos Deputados

Calheiros (PMDB), e o então líder do PMDB no Congresso, Leonardo Picciani tenham sinalizado uma disposição maior para negociar com o governo, Dilma tentou, a partir de uma reforma ministerial, reconduzir a nomeação de pastas importantes como a da Saúde para agradar as diferentes correntes do PMDB. Para o senador Aécio Neves (PSDB), este gesto foi uma demonstração de que o governo não tem condições sólidas para permanecer à frente do Brasil.

– O governo da presidente Dilma vive os seus estertores. Como disse o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Dilma é governada hoje, não governa. A forma como espaços importantes de poder estão sendo entregues a aliados, com o único e exclusivo objetivo de manter a presidente no poder por mais algum tempo, é a antítese daquilo que se espera de um governo. Sem forças para comandar uma agenda positiva para o Brasil, ela se entrega aos seus aliados no Congresso Nacional.

Com a maior bancada no Congresso Nacional, o PMDB é imprescindível para o destino das medidas propostas por Levy e pelo ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, com o objetivo de retomar o ciclo de crescimento. Das 16 propostas do ajuste fiscal anunciadas em setembro, apenas uma depende unicamente do decreto de Dilma para entrar em vigor. Segundo Leonardo Picciani (PMDB), o protagonismo no âmbito nacional e regional justifica o anseio do partido por candidatura própria nas próximas eleições, mesmo depois de duas tentativas frustradas – uma com Ulysses Guimarães, em 1989, outra com Orestes Quércia, em 1994.

– O PMDB tem uma bancada expressiva no Congresso, nas Assembleias Legislativas, tem uma estrutura política que permite organizar um projeto nacional. A dificuldade sempre foi unificar o partido, construir unidade. Mas esse desejo está cada vez maior. Todo partido almeja chegar ao poder. Time que não joga, não tem torcida. Está na hora do PMDB ter candidato.

Apesar da forte oposição no Congresso Nacional, inclusive da base aliada, o principal pedido de *impeachment* enviado à Câmara é de um dos fundadores do PT, o jurista Hélio Bicudo. Embasado pelas denúncias de irregularidades nas contas públicas de 2014, promessas de campanha não cumpridas e a omissão da presidente em relação à corrupção na Petrobras, ele acredita que a sigla não defende mais as mesmas bandeiras de sua fundação. O senador Cristovam Buarque (PDT), ministro da Educação no governo

Acervo O Estado de São Paulo

Dilma, Temer e Levy se reúnem para anunciar planos do governo

Lula, acredita que o desgaste de Dilma ocorre em decorrência do tempo em que o PT está no poder.

– Faz 10 anos que eu saí do PT. Naquela época, eu saí porque o partido perdeu o vigor transformador, se acomodou. E já tinham os sinais da corrupção. Fora das ditaduras, nenhum presidente fica 12 anos impunemente. Ele começa a cansar, a desgastar. A Dilma está pagando o preço de um governo de 12 anos.

De acordo com o cientista político Ricardo Ismael, a perda significativa da popularidade torna incerto o rumo do governo, pois não é possível prever se vai haver a solidez necessária para sair da crise.

– A questão política depende da maneira como a presidente consegue se relacionar com a sociedade, não apenas com o Congresso. Nesse ponto, vemos uma popularidade muito baixa, o que mostra que ela tem problemas de governabilidade porque também não tem mais a confiança e o capital político que tinha quando foi eleita. É difícil dizer se essa é uma questão transitória ou se ela realmente não terá mais condição de desatar esses nós.

Crise na história

Crise e política são termos praticamente indissociáveis. Mesmo os mandatos de presidentes com altos índices de popularidade, como Getúlio Vargas, Fernando Henrique Cardoso e Lula, foram, em algum momento, assolados pela crise política. A história recente do país deixa claro que os momentos de instabilidade são, no mínimo, muito parecidos. Na verdade, tanto as causas quanto as saídas encontradas pelos atores políticos se confundem.

A crise política do segundo mandato de Getúlio Vargas, a queda da ditadura militar, depois do milagre econômico comandado pelo general Emílio Médici, a instabilidade do governo Sarney, a impopularidade dos últimos quatro anos de FHC ou até a atual crise, todas elas apresentam um fator em comum: são acompanhadas pela instabilidade econômica. Para o vice-governador do estado do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, política e economia são praticamente inseparáveis.

– Não tem crise política se você não tem crise econômica. Por exemplo, a crise da Petrobras, um assalto que houve na empresa por partidos políticos e por diretores, seria visto como algo interno em que teriam que punir os administradores políticos envolvidos, e não haveria essa dimensão toda em decorrência da crise política.

Já o senador Cristovam Buarque acredita que um governo pode, sim, passar por uma crise econômica sem interferência no lado político. Segundo o parlamentar, com popularidade, o presidente pode mostrar que está enfrentando a crise.

– Tem uma relação sim, mas não é uma coisa só. A crise econômica corrói a popularidade. A crise política vem da falta de apoio em torno da presidente. Se ela tivesse 60% de apoio e uma maioria de simpatizantes no Congresso, ela aguentaria bem a crise econômica.

O senador credita o atual momento de instabilidade à arrogância da presidente Dilma e à herança deixada pelo primeiro mandato dela.

– Se o presidente fosse outro e não a Dilma, ele poderia ter popularidade mesmo com as medidas, porque ele diria: "estou concertando o que a Dilma fez". Mas a Dilma não pode colocar a culpa em ninguém. Além disso, o poder por um tempo excessivamente longo, qualquer que seja o governante, cansa a opinião pública.

Crise de popularidade

Hoje, a presidente Dilma é considerada uma das líderes mais impopulares da história do país. Segundo a pesquisa Ibope, divulgada no final de setembro, apenas 10% dos eleitores acham que o governo da presidente é bom ou ótimo. Valor, inclusive, inferior ao de Collor, em 1992, dias antes da renúncia, em meio ao processo de impeachment.

Para o senador Cristovam Buarque, apesar dos números e até da coincidência com escândalos de corrupção, ainda não há base legal, nem uma acusação direta contra a presidente, como ocorreu com o "caçador de marajás".

– No caso do governo Collor, apesar das trapalhadas iniciais com o congelamento das contas, não existiam as crises econômica e social que têm hoje. Do ponto de vista da legalidade, a presidente Dilma está mais protegida do que o Collor, mas do ponto de vista do descontentamento social, eu creio que ela está menos protegida. Houve uma contradição, ela prometeu uma coisa na campanha e fez outra logo depois de se reeleger.

As acusações de "estelionato eleitoral" contra a campanha de Dilma Rousseff retomam o que ocorreu com Fernando Henrique, ainda em 1999. Depois de vencer a eleição, o então presidente tucano colocou em prática medidas contrárias ao discurso divulgado na corrida pelo Palácio do Planalto: passou da defesa do câmbio fixo para a instalação do câmbio flutuante. Outro presidente que enfrentou maus momentos foi Getúlio Vargas, principalmente no segundo mandato, já democrático, de 1950 a 1954. Na época, o "pai dos pobres" sofria com as acusações de envolvimento direto do governo com o "mar de lama", que ia desde escândalos de corrupção até o atentado a Carlos Lacerda, principal opositor do varguismo, na Rua Tonelero, em Copacabana. Agora, quem tenta afastar o governo da corrupção é a presidente Dilma Rousseff.

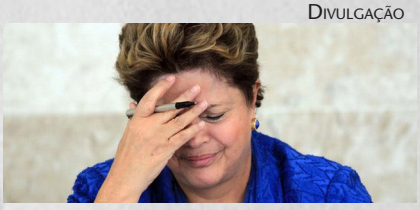
A semelhança também está presente na saída pensada pelos dois para superar a crise econômica e garantir apoio político. O líder gaúcho optou por uma reforma ministerial. Vargas colocou no governo até mesmo a oposição, simbolizada pela UDN. Era um ministério conservador, acusavam os correligionários do PTB, que ficaram com apenas um ministério, o do trabalho. Mesma crítica sofrida pela equipe do atual governo.

Depois da crise, Getúlio Vargas morreu como mártir, Fernando Collor de Melo renunciou e Fernando Henrique Cardoso terminou o mandato sem eleger o sucessor. Dilma Rousseff já descartou a renúncia. O impeachment ou a cassação da chapa ainda precisam de base legal para serem desencadeados, o que vai depender dos julgamentos do Tribunal de Contas da União, o TCU, e do Tribunal Superior Eleitoral, o TSE. No primeiro caso, assumiria o vice-presidente, Michel Temer; na possibilidade de cassação ainda nos dois primeiros anos de mandato, novas eleições seriam convocadas.

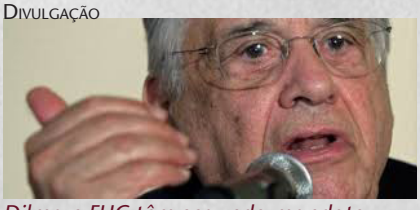
Mas, para Cristovam Buarque, se Dilma Rousseff quiser continuar na presidência, há uma única saída, a recuperação da economia.

– Se a presidente Dilma conseguir, com esse ajuste fiscal, a retomada do crescimento com o aumento do número de empregos e investimentos, a crise política diminui.

Divulgação



Divulgação



Dilma e FHC têm segundo mandato de baixa popularidade

Acervo O Globo

Jovens saem às ruas para protestar contra Collor, no movimento "caras pintadas"

O que os políticos falam

"Ela [Dilma] quis acenar para o lado oposto dos trabalhadores" – Lindbergh Farias

"O governo da presidente Dilma vive os seus estertores" – Aécio Neves

"Todo partido almeja chegar ao poder" – Leonardo Picciani

"A presidente Dilma está mais protegida do que o Collor" – Cristovam Buarque

"Não tem crise política se você não tem crise econômica" – Francisco Dornelles